



# **Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

**COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
GOIANIA – COMPAV – EM LIQUIDAÇÃO**



**COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIANIA - COMPAV**  
**Demonstrações Contábeis**  
**31 de dezembro de 2025**

**Índice**

Demonstrações dos Ativos e Passivos da Liquidação	<b>3</b>
Demonstração de Resultado da Liquidação	<b>5</b>
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>6</b>
Demonstração do Fluxo de Caixa	<b>7</b>
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	<b>8</b>



**COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA EM LIQUIDAÇÃO**

**Demonstrações dos Ativos Líquidos**

**Em 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**Valores em Reais**

<b>A T I V O S E M L I Q U I D A Ç Ã O</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>ATIVOS LÍQUIDOS</b>		<b>659.804</b>	<b>1.300.561</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5</b>	<b>659.804</b>	<b>1.300.561</b>
Caixa e Bancos		658.815	1.300.561
Tributos a recuperar		989	
<b>ATIVOS DESTINADOS A VENDA</b>		<b>3.467.622</b>	<b>3.467.622</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>6.1</b>	<b>35.635</b>	<b>35.635</b>
Investimentos Avaliados ao Custo		35.635	35.635
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>6.2</b>	<b>3.431.986</b>	<b>3.431.986</b>
Custo de Aquisição		5.811.937	5.811.937
(-) Depreciações		(2.379.950)	(2.379.950)
<b><u>TOTAL DOS ATIVOS EM LIQUIDAÇÃO</u></b>		<b><u>4.127.426</u></b>	<b><u>4.768.183</u></b>
<b>PASSIVOS RESULTANTES DA LIQUIDAÇÃO</b>	<b>7</b>	<b>6.890.343</b>	<b>7.186.097</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>		<b>13.533</b>	<b>310.118</b>
Tributos a Recolher	7.1	5.971	229.111
Parcelamentos Tributários	7.2	7.562	81.007
<b>OBRIGAÇÕES COM SÓCIOS</b>	<b>8</b>	<b>1.011</b>	<b>180</b>
Adiantamento de Sócios		1.011	180
<b>ADIANTAMENTO DE TERCEIROS</b>	<b>9</b>	<b>6.875.799</b>	<b>6.875.799</b>
Reembolso Liquidação - Prefeitura de Goiânia		6.875.799	6.875.799
<b>PASSIVOS DE LONGO PRAZO DA LIQUIDAÇÃO</b>	<b>10</b>	<b>500.221</b>	<b>659.794</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Empréstimos e Financiamentos		-	-
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>10.1</b>	<b>500.221</b>	<b>659.794</b>
Obrigações Tributárias		-	-
Parcelamentos Tributários		500.221	659.794
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(3.263.139)</b>	<b>(3.077.708)</b>



<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>18.145.000</b>	<b>18.145.000</b>
Capital Subscrito		41.104.000	41.104.000
(-) Antecipação de Ações na Liquidação	11	(22.959.000)	(22.959.000)
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>816</b>	<b>816</b>
Reserva de Lucros		816	816
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	12	<b>(21.408.955)</b>	<b>(21.223.524)</b>
Lucros /Prejuízos Acumulados		(21.000.383)	(19.921.451)
Resultado do Exercício		(408.571)	(1.302.073)
<b><u>TOTAL DOS PASSIVOS DA LIQUIDAÇÃO</u></b>		<b><u>4.127.426</u></b>	<b><u>4.768.183</u></b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA EM LIQUIDAÇÃO**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO**  
**Em 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**Valores em Reais**

<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA LIQUIDAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA LIQUIDAÇÃO</b>	<b>11</b>	<b>(440.036)</b>	<b>(985)</b>
Despesas Tributárias		-	(815)
Outras Receitas (Despesas Operacionais)		-	(170)
Despesas Gerais		(230)	
Taxas (Juceg/Cartórios)		(5.208)	-
Encargos Parcelamento PGFN		(434.598)	
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>12</b>	<b>27.449</b>	<b>-</b>
Recuperação de Despesas Judiciais		27.449	
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>4.016</b>	<b>(1.301.089)</b>
Juros decorrentes de Aplicações Financeiras		5.565	
Despesas financeiras		(1.549)	
<b>RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO DO PERÍODO</b>		<b>(408.571)</b>	<b>(1.302.073)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA EM LIQUIDAÇÃO  
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Em 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
Valores em Reais

ELENCO DE RUBRICAS	CAPITAL SOCIAL	ADIANT. AUMENTO DE CAPITAL	ANTECIPAÇÃO DE PARTILHA	RESERVA DE LUCROS	RESULTADO ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>41.104.000</b>	<b>34.759.700</b>	-	<b>816</b>	<b>(77.994.875)</b>	<b>(2.130.359)</b>
Reversão Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	(34.759.700)	-	-	-	(34.759.700)
Antecipação de Partilha na Liquidação	-	-	(22.959.000)	-	-	(22.959.000)
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-	48.417.977	48.417.977
Resultado do Exercício	-	-	-	-	9.655.447	9.655.447
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>41.104.000</b>	-	<b>(22.959.000)</b>	<b>816</b>	<b>(19.921.451)</b>	<b>(1.775.634)</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(1.302.073)	(1.302.073)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>41.104.000</b>	-	<b>(22.959.000)</b>	<b>816</b>	<b>(21.223.524)</b>	<b>(3.077.708)</b>
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-	223.141	223.141
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(408.571)	(408.571)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>41.104.000</b>	-	<b>(22.959.000)</b>	<b>816</b>	<b>(21.408.955)</b>	<b>(3.263.139)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





**COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA EM LIQUIDAÇÃO**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NA LIQUIDAÇÃO**  
**Em 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Valores em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades de liquidação do exercício</b>		
Resultado do exercício	(408.571)	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades de liquidação:		
Ajustes de exercícios anteriores	223.141	-
Amortização e Depreciações	-	-
<b>Realização dos ativos</b>	<b>(989)</b>	-
Valores Recebidos de Clientes	-	-
Estoques	-	-
Adiantamentos a Fornecedores e Empregados	-	-
Tributos a Recuperar/Recompensar	(989)	-
Outros Créditos	-	-
<b>Pagamentos de passivos</b>	<b>(456.157)</b>	<b>(4.351.129)</b>
Fornecedores de Bens e Serviços	-	(170)
Salários, obrigações sociais e tributárias	(456.157)	(4.349.449)
Despesas Bancárias	-	(1.510)
Despesas Jurídicas	-	-
Outras Obrigações	-	-
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de liquidação</b>	<b>(642.577)</b>	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	-	-
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pela atividade de liquidação</b>	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>831</b>	-
Empréstimos e financiamentos	831	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento</b>	<b>831</b>	-
<b>Aumento (Redução) nas disponibilidades</b>	<b>(641.746)</b>	<b>(4.351.129)</b>
Caixa no início do exercício	1.300.561	1.591.208
Caixa no final do exercício	658.815	1.300.561
<b>Aumento (Redução) nas disponibilidades</b>	<b>(641.746)</b>	<b>(290.647)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

### 1. Contexto Operacional

A Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia – COMPAV, inscrita no CNPJ nº 02.756.435/0001-96, é uma sociedade por ações de economia mista, atualmente em processo de liquidação, constituída como subsidiária integral da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG (CNPJ nº 00.418.160/0001-55).

A Companhia teve por objeto social a execução de obras públicas e a prestação de serviços de interesse social voltados ao desenvolvimento urbano do Município de Goiânia, conforme disposições estabelecidas em seu Estatuto Social.

A dissolução e conseqüente liquidação da Companhia foram autorizadas pela Lei Municipal nº 183, de 29 de dezembro de 2008, nos termos de seu artigo 13, encontrando-se, desde então, em fase de encerramento de suas atividades operacionais e cumprimento de suas obrigações legais.

No exercício de 2025, o Sr. Wagner Alberto da Silva, passou a exercer as atribuições legais e estatutárias do cargo de liquidante. Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2025.

Nos termos da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e das normas contábeis aplicáveis às entidades em liquidação, compete ao Liquidante conduzir os procedimentos necessários à realização do ativo, à liquidação do passivo, à apuração de haveres e à prestação final de contas aos acionistas.

Durante o processo de liquidação, a Companhia mantém seus registros contábeis e controles patrimoniais atualizados, observando os princípios da transparência, da evidenciação adequada e da responsabilidade na gestão, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, especialmente no que se refere à base de liquidação.

### 2. Declaração da Administração e Base de Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições da Lei nº 6.404/1976 e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis, considerando, entretanto, a condição específica da Companhia de entidade em liquidação.



Em razão da descontinuidade operacional, as demonstrações contábeis foram preparadas sob a base de liquidação, e não sob o pressuposto da continuidade, o que implica que:

- os ativos são apresentados pelos valores estimados de realização;
- os passivos são reconhecidos pelos valores conhecidos ou estimados de liquidação;
- eventuais ajustes decorrentes de perdas, contingências e reavaliações são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Administração entende que tais demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia no contexto de sua liquidação.

### **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

#### **3.1. Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando (i) deverá ser realizado, ou destina-se a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o período de relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o período do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes.

#### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Não houve ingresso ou desembolso de recursos durante o período, mantendo-se o saldo inalterado em função de sua liquidação. As disponibilidades que demandam atendimento das suas obrigações foram efetuadas pela Companhia de Urbanização de Goiânia – Comurg



em forma de adiantamentos.

### **3.3. Ativos destinados a venda**

Os bens classificados no ativo imobilizado são mensurados:

- (i) pelo custo histórico, quando inexistem avaliações atualizadas confiáveis; ou
- (ii) pelo valor estimado de realização, quando aplicável, considerando a condição de liquidação da Companhia.

Em consonância com os princípios estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) e na Estrutura Conceitual prevista no CPC 00 (R2), a mensuração dos ativos reflete a melhor estimativa dos benefícios econômicos esperados, ou, no contexto de liquidação, dos valores passíveis de realização.

### **3.4. Reconhecimento de Receita e Despesa**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, com destaque para:

- ajustes de exercícios anteriores;
- baixas de ativos;
- reconhecimento de perdas;
- reclassificações decorrentes da liquidação.

## **4. Créditos a Receber**

Compreendem valores a recuperar decorrentes de:

- contratos anteriores;
- ações judiciais;
- créditos diversos.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses valores, podendo reconhecer perdas quando identificado risco de não realização.

## **5. Ativos Líquidos**

Estão representados pelos valores de depósitos bancários à vista na conta corrente junto ao banco Sicredi, agência: 3950 e conta corrente: 94300-2.



## 6. Ativos Destinados a venda

### 6.1. Investimentos

Representam os valores investidos na empresa Eletrobras (CNPJ: 00.001.180/0001-26). O registro foi realizado em 31/12/1993, conforme relatório de Correção Monetária, Depreciação e Correção de Saldo de 2008, permanecendo pelo seu valor de custo até o balanço atual.

Não foram repassados para atual administração da liquidanda os documentos comprobatórios do referido investimento, compondo o saldo contábil apresentado, o qual vem repetindo tal informação desde os balanços anteriores. Dentro de todos os documentos digitalizados, não foram encontradas ou apresentadas as devidas composições.

A administração da liquidanda oficiou (Ofício nº. 021/2023/COMPAV) a empresa Eletrobras, para confirmação do montante registrado de R\$ 34.635,49, visando levantamento e identificação dos ativos líquidos e certos da companhia. Até finalização do presente Balanço não obtivemos resposta, estando em fase de outras diligências a serem adotadas.

Em 25 de setembro de 2023, a Liquidanda abriu conta corrente no Banco Sicredi, onde foi necessário o investimento em quotas no banco cooperativo no montante de R\$ 1.000,00.

### 6.2. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está valorado e avaliado pelos custos de aquisições, mais reavaliações sobre imóveis e ajustados por depreciações calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada por espécies de bens.

A vida útil dos bens e conseqüentemente as taxas de depreciação estão mantidas, aos mesmos índices fiscais para um turno de trabalho. Apesar da legislação societária estabelecer orientação própria para o caso, a administração concluiu que o custo financeiro para implantar e controlar um novo critério será maior que o benefício econômico da informação, haja vista que o Ativo Imobilizado depreciável representa uma parcela pequena do Ativo Total e o impacto das depreciações sobre o resultado da empresa é irrelevante. Esta opção está em



linha com o espírito intrínseco nas normas brasileiras de contabilidade de considerar o “custo-benefício”.

Os Terrenos não são depreciados. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

O Imobilizado está segregado da seguinte maneira:

Descrição	Valor
Imóveis	3.431.986
Móveis e Utensílios	207.825
Máquinas e Equipamentos	1.203.658
Veículos	105.078
Obras Cíveis	853.861
Instalações	7.596
Biblioteca	1.931
(-) Depreciações/Exaustão	(2.379.950)
<b>Total</b>	<b>3.431.986</b>

Os Terrenos estão inventariados da seguinte forma, conforme controle patrimonial:

Descrição	Matrícula	Data	Valor
Gleba de Terra Cascalheira Município de Goiânia	35.507 76.657	30/05/1981	4.640.729
Gleba de Terra Porteira Preta	76.656	30/09/1988	1.798.575
(-) Produção Predeira/Exaustão	35.507 76.657	-	(3.007.318)
<b>Total</b>			<b>3.431.986</b>

Os imóveis da Vila Perdiz e do Setor Bela Vista, foram desapropriados e indenizados no mês de setembro de 2023 pela Prefeitura de Goiânia, conforme SEI nº. 23.6.000007968-9, restando apenas a Fazenda Quati (Cascalheira) e a Pedreira (Porteira Preta). A Administração da liquidanda oficiou (Ofício nº. 3/2023) o órgão responsável para avaliação dos imóveis, CAIMU, a fim de apurar seu valor de mercado para levantamento de Balanço Especial (Demonstração dos Ativos Líquidos) na apuração dos haveres. Em resposta ao ofício nº. 3/2023, a CAIMU por sua vez, alegou não ter efetivo técnico para fazer a avaliação dos imóveis remanescentes, Fazenda Quati e Pedreira, as quais possivelmente serão objeto de consolidação ao acionista.



As Obras Civis, as Instalações, os Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Biblioteca foram inventariados pelo liquidante para real constatação dos bens existentes atualmente, visando manter registrado apenas os de posse do liquidante. Contabilmente, essas rubricas estão completamente depreciadas, não restando sequer valor residual para composição no Balanço Patrimonial.

A Administração da Liquidanda não recebeu por parte da administração anterior, os livros físicos da Biblioteca, que constam representados nesse balanço. Os referidos livros após inventariado o acervo patrimonial e diversas buscas não foram localizados no depósito de guarda da acionista. Estão sendo tomadas diligências para baixa desses valores.

O Intangível não apresentou saldo em função da Amortização Acumulada de 100% (cem por cento) do ativo, valorado e avaliado pelos custos de aquisições menos amortização acumulada, mais correção monetária, quando houver. O Intangível está dividido nas seguintes rubricas:

Descrição	Valor
Sistema de Processamento de Dados	13.119
Sistema de Comunicação	69.373
Direito de Uso de Telefone	11.076
(-) Amortização Acumulada	(93.568)
<b>Total</b>	-

A rubrica Sistema de Processamento de Dados representa as aquisições de softwares de terceiros para controle das operações da empresa. A Administração está levantando a qual sistema corresponde esse saldo e sua disponibilização atual.

O Sistema de Comunicação e o Direito de Uso de Telefone representam aquisições de linha telefônica em 1992 e 1993, período em que a Linha Telefônica e Sistema de Comunicação eram comercializados à parte. Com a evolução tecnológica nos últimos 20 anos, esses bens deixaram de existir, perdendo valor de mercado e ficando obsolescente.

A Administração está avaliando para efetiva baixa desses itens por obsolescência, uma vez que esses bens não possuem capacidade para geração de benefícios econômicos para a liquidanda. A adoção da modalidade de baixa desses bens será fixada após contratação de parecer técnico de empresa capacitada.



## 7. Passivos resultantes da liquidação

### 7.1. Tributos a recolher

O ISS devido é relativo as seguintes competências, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	COMPETÊNCIA	VALOR
ISS Construção Civil Imovel St. Bela Vista	09/2019	5.970,52
<b>TOTAL</b>	-	<b>5.970,52</b>

### 7.2. Parcelamentos Tributários

No exercício de 2025, a Companhia procedeu ao reparcelamento de débitos federais anteriormente parcelados, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com o objetivo de readequar o fluxo de pagamento e promover a regularização fiscal.

Em decorrência desse reparcelamento, houve a substituição dos números dos parcelamentos anteriormente vigentes, passando a Companhia a manter ativos os seguintes acordos:

- Parcelamento PGFN nº 13150366:  
Valor consolidado de R\$ 111.814,44, parcelado em 60 (sessenta) prestações mensais;
- Parcelamento PGFN nº 12702049:  
Valor consolidado de R\$ 6.569.842,40, parcelado em 120 (cento e vinte) prestações mensais.

Ressalta-se que o reparcelamento implicou a novas condições originalmente pactuadas, com atualização dos saldos devedores, prazos e encargos financeiros, conforme as regras estabelecidas pela PGFN.

A Administração acompanha regularmente o cumprimento dos referidos parcelamentos, mantendo os pagamentos em conformidade com os cronogramas estabelecidos, de modo a assegurar a regularidade fiscal da Companhia.



## 8. Obrigações com Sócios

Adiantamentos realizado pela Controladora	Valor
Certificado digital - exercício 2023	180,00
Despesas com cartório - exercício 2025	831,15

Os saldos registrados na rubrica “Adiantamentos da Controladora” referem-se a valores disponibilizados pela controladora, Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, destinados ao custeio de despesas operacionais correntes da Companhia, relacionadas à sua atividade regular e manutenção de suas operações.

Tais recursos foram utilizados para fazer frente a obrigações do dia a dia, considerando a insuficiência de geração própria de caixa, sendo reconhecidos contabilmente como adiantamentos concedidos pela controladora.

Os referidos valores serão objeto de análise quanto à sua natureza econômica e jurídica, podendo, conforme deliberação da Administração, serem classificados como passivo junto à controladora, aporte de capital ou outra forma de suporte financeiro, em conformidade com as práticas contábeis vigentes e a legislação societária aplicável.

## 9. Adiantamento de Terceiros

Estão classificadas nessa rubrica os pagamentos das obrigações da COMPAV realizadas pela Prefeitura de Goiânia, efetivadas conforme art. 20 da Lei Municipal 183/2008 e art. 17 do Decreto Municipal 4.071/2023. Está sendo diligenciado consultoria para orientação quanto a correta classificação e baixa das obrigações assumidas pelo ente público na liquidação, não existindo saldo devedor no fim.

## 10. Passivos de Longo Prazo da Liquidação

### 10.1. Obrigações de longo prazo de longa duração

Parcelamentos de longo prazo	Valor
Parcelamento Pgfñ 12702049	1.355.894
( - ) Encargos Parcelamento 12702049	(860.669)
Parcelamento Pgfñ 13150366	13.714
( - ) Encargos Parcelamento 13150366	(8.718)
<b>Total</b>	<b>500.221</b>



Em decorrência de parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve a substituição dos parcelamentos anteriormente vigentes, passando a Companhia a manter ativos, no encerramento do exercício, os seguintes acordos:

- **Parcelamento PGFN nº 13150366:**  
Valor consolidado de R\$ 111.814,44, parcelado em **60 (sessenta) prestações mensais**;
- **Parcelamento PGFN nº 12702049:**  
Valor consolidado de R\$ 6.569.842,40, parcelado em **120 (cento e vinte) prestações mensais**.

Os saldos apresentados no passivo não circulante referem-se às parcelas remanescentes desses parcelamentos, com vencimento nos exercícios subsequentes, enquanto as parcelas exigíveis no curto prazo encontram-se classificadas no passivo circulante, em observância ao regime de competência e às práticas contábeis vigentes.

#### **11. Antecipação de Ações na Liquidação**

No dia 25 de setembro de 2023, por meio de Termo de Anuência do Pagamento dos Credores e Partilha Antecipada de Valores Remanescentes ao Acionista, a liquidanda realiza a antecipação da partilha de parte de suas ações, conforme previsto na apuração em Balanço Especial de Determinação, levantado em 31 de agosto de 2023.

Os recursos foram oriundos dos imóveis ora baixados, produto da desapropriação realizada em 22/09/2023 e 28/09/2023, conforme mencionado na Nota 03 – Imobilizado, acima. As desapropriações estão compostas na SEI nº. 23.6.000007968-9.

Essa antecipação tem previsão legal no art. 215 da Lei 6.404/76, mediante levantamento de Balanço Especial, tendo em vista que se trata de acionista único da liquidanda.

O dispositivo acima disciplina a partilha antecipada aos acionistas de dinheiro mediante distribuição igualitária para evitar que numerários sejam mantidos em caixa evitando a espera de sua realização, sendo como requisito para a partilha de dinheiro a realização de assembleia geral, seguindo a regra do voto da maioria e prévio pagamento de credores.

Neste caso, trata-se de acionista único (100% das ações), sendo a partilha procedida mediante Termo de Anuência do Pagamento dos Credores e Partilha Antecipada de Valores Remanescente ao Acionista, assinado pelo acionista e liquidante, bem como adimplido todos os credores, sem prejuízo de garantia caso venha subsistir algum credor não reconhecido e ainda, a obrigação da Prefeitura no pagamento de qualquer obrigação da liquidanda na forma



do art. 20 da Lei Complementar n. 183 de 2008 e art. 17 do Decreto Lei Municipal n. 4.071 de 2023.

Ainda resta dois imóveis que serão objeto de antecipação de ações mediante transferência ao acionista, tendo em vista a não existência de obrigações com credores, tornando desnecessário a sua venda neste momento.

## 12. Resultados Acumulados

Resultados Acumulados	Valor
Resultados Acumulados	(61.974.222)
Resultado do Exercício	(408.571)
Ajustes de Exercícios Anteriores acumulados	41.605.551
Ajustes de Exercícios Anteriores do exercício	(223.141)
<b>Total</b>	<b>(21.000.383)</b>

O resultado acumulado da Companhia é composto pelos saldos de lucros ou prejuízos acumulados, pelo resultado do exercício e pelos ajustes de exercícios anteriores, estes últimos decorrentes, principalmente, de processos de conciliação contábil e correção de inconsistências identificadas em períodos anteriores, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O resultado do exercício é influenciado, de forma relevante, pelos seguintes fatores:

- reconhecimento de perdas na realização de ativos;
- resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável;
- baixas contábeis de ativos e passivos;
- despesas operacionais decorrentes das atividades correntes da Companhia.

A Administração destaca que os ajustes de exercícios anteriores refletem a revisão e adequação de saldos contábeis, visando assegurar maior fidedignidade às demonstrações financeiras, em observância aos princípios contábeis aplicáveis.

## 13. Despesas de Manutenção da Liquidação

As despesas registradas referem-se, substancialmente, a gastos de manutenção necessários à continuidade das atividades administrativas da Companhia, abrangendo desembolsos destinados ao cumprimento de obrigações operacionais correntes.

Adicionalmente, os encargos financeiros reconhecidos no período correspondem aos juros incidentes sobre os parcelamentos tributários, decorrentes de parcelamento formalizado



junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no exercício, cujas condições implicaram atualização do saldo devedor e incidência de encargos conforme a legislação vigente.

#### **14. Resultado não Operacional**

Refere-se à recuperação de despesas judiciais anteriormente reconhecidas, decorrente de êxito processual no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na qual figura como parte autora Regivaldo Lopes da Silva.

No exercício, foi reconhecido o montante de R\$ 27.448,63, correspondente à restituição dos dispêndios judiciais anteriormente suportados pela Companhia.

O referido valor foi apropriado ao resultado do exercício como reversão de despesa, em conformidade com o regime de competência e com as normas contábeis vigentes, refletindo adequadamente os efeitos econômicos da decisão judicial favorável.

#### **15. Resultado Financeiro**

O resultado financeiro do exercício é composto, substancialmente, por receitas e despesas de natureza financeira.

As receitas financeiras referem-se, principalmente, aos juros ativos auferidos sobre aplicações financeiras mantidas pela Companhia junto ao Banco Sicredi, sendo tais rendimentos reconhecidos pelo regime de competência ao longo do período.

As despesas financeiras, por sua vez, decorrem, essencialmente, dos encargos incidentes sobre parcelamentos de débitos tributários, incluindo juros e atualizações monetárias, *especialmente aqueles formalizados no exercício de 2025. Tais encargos foram apropriados ao resultado conforme incorridos, em observância às normas contábeis vigentes e à adequada mensuração das obrigações financeiras da Companhia.*

A Administração entende que o resultado financeiro reflete, de forma adequada, os efeitos das operações de gestão de caixa e das obrigações financeiras assumidas no período.

#### **16. Eventos subsequentes**

Após a data do balanço, não ocorreram eventos relevantes que alterassem significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, exceto aqueles já divulgados nestas demonstrações.



## **17. Considerações sobre a Liquidação**

A Administração reafirma que:

- a Companhia não possui expectativa de continuidade operacional;
- suas atividades estão restritas à liquidação de ativos e passivos;
- os registros contábeis visam refletir fielmente esse estágio.

Goiânia-GO, 28 de Abril de 2026.

---

WAGNER ALBERTO DA SILVA  
Liquidante

---

ELIENE BATISTA DOS SANTOS  
Contadora